

Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet

Monitoring, leakages and anonymity in democratic revolutions on the internet social networks

Fabio Malini¹
Henrique Antoun²

RESUMO

A censura na sociedade disciplinar moderna se caracterizava negativamente pela proibição de narrar certos acontecimentos de certos modos e positivamente pela obrigação de narrar certos acontecimentos dentro de uma determinada maneira de interpretar. A figura do policial burocrata, sob a forma do censor, caracteriza esse modo de exercer o comando na esfera do consenso social. O censor inserido entre o meio e seu público tornava-se o editor final das narrativas veiculadas. Na pós-modernidade o monitoramento do que é dito por meio dos diferentes canais, a forma mercatorial publicitária de construção de consenso e a utilização os serviços de advocacia por meio das leis que giram em torno da questão da propriedade intelectual exercem o controle sobre as narrativas. A Internet permite o pleno monitoramento e vazamento daquilo que nela circula, impedindo o controle advocatício da circulação das narrativas. As lutas biopolíticas por meio do anonimato e do vazamento fazem valer a franqueza como forma de luta para a construção democrática dos novos modos de viver e de governar.

Palavras-chave: internet, cibercultura, protestos.

ABSTRACT

Censorship in the modern disciplinary society was characterized by a negative prohibition of narrating certain events in certain ways and by a positive obligation to recount certain events within a particular way of interpreting. The figure of the officer bureaucrat, in the form of the censor, characterized this mode of exercise leadership in the sphere of social consensus. The censor inserted between the medium and its audience became the final editor of the stories published. In postmodernity the monitoring of what is said through different channels, the way advertising consensus building and the use of advocacy services through the laws that revolve around the issue of intellectual property to exert control over the narrative. The Internet allows full monitoring and the leakage of information that circulates anonymously, preventing the advocacy control of movement narratives. The biopolitical struggles through the anonymity and candor make it worth casting as a means of struggle to build new democratic ways of living and governing.

Key words: internet, cyberculture, protests.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, 29075-910, Vitória, ES, Brasil. E-mail: fabiomalini@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 250, Fundos, 22290-902, Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: hantoun@gmail.com

As lutas atuais e as demandas de subjetivação

As lutas atuais revelam transformações curiosas para o comportamento dos indivíduos e das populações em termos das expectativas geradas pelas ciências sociais e políticas. São lutas em que a informação como catalisadora do afeto das populações revelam-se fator determinante na condução das ações e paixões, pondo os movimentos sociais sob a forte influência das expressões incorporais.

Os militares do departamento de defesa norte-americano cunharam termos curiosos para falar destas lutas: guerra da informação (*infowar*), guerra do controle (*cyberwar*) e guerra em rede (*netwar*). Mas as informações nesses novos modos de luta não são elementos cuja narratividade forja uma consciência unificada coletiva transformadora de uma população em um povo. Esse esforço de unificação popular parece caracterizar o universo literário e noticioso da comunicação irradiada de poucos para muitos. Esses meios serão os formadores das unidades populares em sua luta por independência dos grupos de subjugação (nobreza e burguesia colonial). Mas as populações sublevadas que lotam hoje as praças e as ruas do Egito ou da Tunísia não parecem reivindicar o reconhecimento de sua identidade nacional ou a constituição de um estado capaz de recolher essa expressão na consciência de um povo. Não há dúvida de que lutam por liberdade, mas essa liberdade exigida não parece escoar na direção de um governo produzido pela livre disputa eleitoral partidária. Acampados nas praças ou em luta campal pelas ruas, essas populações desafiam tanto a violência policial quanto a militar. Possuídos por uma obstinação que a muitos parece insana, são capazes de enfrentar todos os maus tratos com estoicismo exemplar. Eles contrapõem à violência estratégica estatal uma inteligente fúria multitudinária que com seus golpes de audácia e esperteza fazem renascer as cenas de heroísmo exemplar roteirizadas em filmes sobre a revolução ou a guerra. Cenas captadas pelas filmadoras profissionais ou amadoras povoam as gigantescas redes de distribuição de vídeo na internet.

A comunicação parece ter um papel determinante em toda movimentação dessas lutas. Sejam os gigantescos vazamentos de toda informação oficiosa primária que escoam pelo wikileaks e revela às populações o lado escuro da política de seus governos, sejam as intensas redes de conversação que sustentam as populações reunidas nas ruas ou nas praças, sejam os ataques espetaculares à atenção do público global impetrados pelos hackers do coletivo Anonymous, rompendo a pauta diária de mentiras e

fofocas feitas pelas corporações irradiadoras de notícias, em todas essas instâncias a comunicação deixou de ser um mero condutor de informação que alimenta a decisão consciente de um eu individual. Nessas vastas redes entrelaçadas de interfaces comunicacionais, distribuídas indiferentemente em salas, mesas ou mãos, os afetos e interesses circulam, modulando a intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais.

Por meio dessas lutas, as ruas e as praças ecoam uma demanda irreprimível característica dos processos atuais de subjetivação: a exigência de franqueza como elemento básico nas relações que envolvem a governamentalidade em todos os seus aspectos.

A censura como monitoramento na web 2.0, o vazamento como resistência

Ao ser indagado sobre o porquê de manter-se piloto de carro ao invés de investir em sua carreira de escritor, o blogueiro mais lido no mundo, o chinês Han Han (2010), ironiza: “Dirigir é mais seguro”. Han se vê sempre às voltas com a censura chinesa, por sua insistência em criticar a corrupção no Partido Comunista ou pela sua verve satírica à arte submissa ao controle estatal. Por ser adorado na China, sobretudo entre os jovens, Han goza de certa autonomia literária na internet, mas evita questões mais espinhosas, como a denúncia da limitação dos direitos humanos no seu país. “Escritores não devem estar a serviço de governos, mas de suas próprias ideias”, diz.

Em Cuba, a blogueira Yoani Sanchez (*Veja Online*, 2009) leva essa frase do chinês ao extremo. Seu blog é bloqueado em Cuba, seus parentes são ameaçados pelo Estado, ela sofre vigilância constante (já foi sequestrada e violentada), mas continua crítica ao governo dos irmãos Castro: “Membros da polícia política me vigiam todo o tempo e dizem a meus vizinhos, amigos e parentes que sou perigosa. Falam que quero destruir o sistema e sou uma mercenária do império” (*Veja Online*, 2009). Yoani lidera ainda o “Voces Cubanas”, um agregador de blogs, feitos com tecnologia Wordpress. Seus posts são impressos clandestinamente e passam de mão em mão pelas ruas de Cuba. Para postá-los, encaminha o texto por meio de e-mails a uma rede de amigos, que trata de publicá-los e traduzi-los para 12 idiomas.

No Egito, o estopim da revolta que derrubou o ditador Hosni Mubarak foi provocado pelo assassinato do blogueiro Khaled Said, que teve a coragem de gravar cenas de extorsão policial nas ruas de Alexandria e disseminá-las *online*. Perseguido, o jovem acabou sendo arrastado para fora de um café e morto a chutes e socos por policiais. Em reação, a internet egípcia disseminou o vídeo da extorsão e as cenas do rosto dilacerado do blogueiro. O fato estimulou o executivo do Google no Oriente Médio a criar a *fanpage* no Facebook “todos somos Khaled Said”, mobilizando mais de 700 mil internautas, base para, três anos depois, mobilizar a população para protestos na rua, ocasionando uma revolta popular contra a ditadura que durava 30 anos no país.

O que há em comum nesses três exemplos? Em primeiro lugar, é óbvio, eles estão *subsumidos a um estado policial*, que, em sua natureza, tem como função bloquear a circulação de qualquer informação que desestabilize a imagem de país traçada pelas emissoras e órgãos oficiais. O problema é que a internet transborda qualquer fronteira nacionalista, fazendo com que o dentro esteja fora, tal como o seu inverso. Essa contradição é, de certa forma, alimentada por uma dupla realidade: nesses países, por um lado, há um esforço de colocação de filtros que impeçam a livre circulação da informação, e, por um outro, uma liberação geral do uso da rede como condição econômica para aumentar sua produtividade social. Num momento em que toda a produção é descentralizada de forma global, que toda a economia se articula com as conexões entre diferentes setores por meio de plataformas financeiras e administrativas que faz rodar uma economia de serviços em tempo real, imagine-se o desastre econômico que seria o Egito, Cuba, países turísticos, sem possibilidade de conexão à internet. Essa dupla realidade faz com que o Estado não consiga ter um monopólio do exercício de poder sobre um território unido por uma única cultura. Contudo, apesar dessa brecha, os blogueiros desses países fechados vivem sob as regras de controle e de monitoramento de uma típica soberania à maneira moderna, em que o governo se faz pela lei e pela espada.

Mas não há somente subsunção à censura estatal: *esses blogs vivenciam uma ambiguidade que é própria da internet*. A presença da internet nesses países é sinônima, ao mesmo tempo, de um novo modo de monitoramento social (os regimes fechados têm conseguido de forma mais fácil e rápida identificar e eliminar os dissidentes), e de um modo de descontrole total da circulação da informação, à medida que a utopia delirante da criação de um povo homogêneo, com identidade cunhada por símbolos

nacionalistas, se vê confrontada com a desutopia marcada pela emergência das vozes próprias e comuns, articuladas e formadas em rede, que disseminam e dão visibilidade na *web* àquilo que o Estado busca esconder. Não é à toa que a arma mais utilizada pelos súditos resistentes contra essa soberania moderna, contra essa soberania policial, será hoje o pedido de disseminação social de informações sobre suas próprias misérias, por meio de novas táticas informativas, cujo compartilhamento é o seu principal valor. Durante as manifestações egípcias, durante o período que todo o país teve a internet e a telefonia celular suspensas, os pedidos eram que o a rede global de ativistas amplificasse as condições autoritárias que vigoravam dentro do país. “Deem RT”, pediam os tuiteiros bloqueados pelo regime. Era uma espécie de fissura ao vigilantismo total da estrutura midiática de massa, que buscava comunicar ao povo egípcio que os manifestantes na praça Tahrir eram baderneiros e capachos de Israel.

A lógica do impedimento de fazer circular a dissidência demarca a função da velha soberania arcaica que ainda atravessa dezenas de territórios globais. Seu efeito colateral mais danoso sobre a sociedade civil blogueira é o espalhamento da autocensura entre a população. Uma autocensura que funciona como uma mediação para que o relato histórico fique circunscrito a uma agenda temática predefinida. É uma autocensura que não se limita aos canais internos de comunicação, a apenas o controle das mensagens semióticas que circundam a velha e a nova mídia. Ela atravessa todo aparato tecnológico que chega de “fora”, fazendo parte de contrato global das relações internacionais com outros países. Na China, por exemplo, o Google não oferece serviços como *chats*, correio eletrônico ou blogs, e os resultados da busca de temas sensíveis como “Taiwan, Tibet ou Egito” são impedidos de acontecer. O próprio governo chinês impõe, em contrato, a autocensura como condição para se fazer negócio no país, que possui o maior mercado consumidor do mundo. Mesmo assim governos autoritários já não conseguem mais controlar os canais internos de comunicação, muito menos a disseminação de mensagens contrárias ao regime que chega de fora para dentro. Contra o monitoramento, a rede faz-se mídia de vazamento e de compartilhamento de *links*. Tais *links* tornam-se os próprios- homens-bomba do regime autoritário.

Um terceiro elemento comum entre esses *blogs* é que eles são *experiências de resistência que se desenvolvem no interior de plataformas de comunicação em rede*, cuja principal marca é a produção de informação baseada em processos de cooperação social, que fazem qualquer informação,

antes bloqueada, ser vazada. A internet é, antes de tudo, uma mídia de vazamento. Todas as experiências de levantes populares utilizam de alguma maneira os jogos de parceria típicos da internet, sobretudo blogs e redes sociais, fazendo com que regimes totalitários (sejam “abertos” ou “fechados”) estejam mergulhados numa crise de soberania. Porque dentro da rede multiplicam-se processos de cooperação social que resultam em redes de valorização social e de produção de subjetividades alternativas.

A censura pós-moderna na web 2.0

O resultado mais impactante, em primeiro lugar, das tecnologias de vazamento que surgem na internet é a criação de um regime próprio de atenção, deflacionando a visibilidade que se concentrava em altas doses nas mídias tradicionais. Essa captura de atenção produz um dos efeitos mais fantásticos desse novo século: a perda do monopólio da narração sobre o passado pertencente aos grupos editoriais e de comunicação (estatais ou corporativos). Porque não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual, como eles podem determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces (Antoun e Malini, 2010). É por isso que o novo modo de censura mira no compartilhamento e nas tecnologias de cooperação que permitem o vazamento de informação que tanto Estados, quanto corporações de mídia querem sonegar. É por isso que *primeira camada de compartilhamento a ser objeto de controle será a das narrativas nas redes sociais*.

A comunicação partilhada nas interfaces coletivas de parceria blogueira reposiciona o tipo de passado que importa na decisão de ação. A mediação da publicidade agora se vê confrontada com a mediação das interações e recomendações dos usuários e blogueiros. Não é à toa que o intelectual, o crítico e o jornalista foram as primeiras figuras a serem colocadas em cheque por essa nova ordem textual. Os três detinham por séculos o poder de representar a informação e a ideia, a partir de uma produção baseada na produção da verdade por meio do isolamento. Logo as corporações de mídia impuseram a campanha do “olhe, mas não toque”, tentando ao máximo descredenciar e desacreditar esses novos agentes da informação.

A cultura da incorporação (*embed*) e a da classificação (*tagging*) trazida pelas mídias sociais da internet

(Youtube, Flickr, SoundCloud, Slideshare e tantos outros dispositivos da web 2.0) marcam cada vez mais nosso período, e fazem com que qualquer publicação se torne ainda mais multimídia e interconectada a outros conteúdos e sites. Nessa primeira década do século XXI, a blogosfera passa por um período de expansão, através da agregação de novos dispositivos que radicalizam essa sina de transformação das pessoas *online* em portais de comunicação, como analisava Rheinghold (2002). Agora, qualquer pessoa com acesso à internet pode ter em seu *blog* um canal de vídeos ao vivo produzidos diretamente de telefones celulares a uma galeria de imagens e vídeos, tudo facilitado pela criação de comunidades que geram *templates* e *plugins* dos mais diversificados possíveis, fazendo com que aquele formato tradicional de página com *layout* pré-fabricado e com funções bem delimitadas se torne agora coisa do passado. Agora, aquela vida miserável, aquele fiapo de vida que sobrevive dentro do Complexo do Alemão, se interliga à rede e comunica a sua própria miséria, deslocando o sentido midiático do heroísmo policial, para revelar a “voz da comunidade”, que denuncia os heróis do Bope, acusando-os de saque e de extermínio da população civil.

Além de os *blogs* incorporarem a cultura do *embed* (embutimento), do *widgets* (aplicativos), *streaming* (vídeo) e mobilidade, procuram agora formar, com *softwares* sociais, mecanismos de inter-relação através do conceito de “seguidores”. A invenção do Tumblr e Twitter significou um novo passo na cultura blogueira. Antes, praticamente se desconhecia o público do *blog*, e a inter-relação com outros blogueiros se fazia por meio da barra lateral desses sites, na qual se listavam os *links* dos *blogs* parceiros. Com esses dois novos dispositivos blogueiros, tanto o público, quanto o editor de um *blog* virou seguidor, estando e criando um emaranhado de *clusters* de publicações *online*, agora transmutadas sob o nome de perfis, facilitando a republicações, respostas (*reply*), curtções e comentários de suas atualizações. Já existentes nos blogs como ferramentas de organização de conteúdos, as *tags* se transmutaram em *hashtags*, agregando todos os relatos sobre determinados assuntos, gerando memórias dos fatos cotidianos com a possibilidade das enquetes dos assuntos do momento (popularmente chamado de “ranqueamento”) e a transformação dos relatos fragmentados em notícias gerais e comuns. Ao observar mais atentamente o Twitter e o Facebook, nota-se que eles têm em comum a cultura *open source* (de fonte aberta) dos *blogs*, pela maneira como criam suas espacialidades (recheadas de aplicações fabricadas pelos próprios usuários e incorporadas às suas interfaces).

Funcionam como verdadeiras fábricas sociais, como bem analisa o filósofo italiano Antonio Negri, ao se debruçar sobre a questão de como o cérebro se tornou a grande força produtiva de nosso tempo. Mas, nesses dispositivos, é sobretudo a noção do tempo advinda dos *blogs* que faz organizar suas máquinas semióticas, à medida que é um tempo sempre da oportunidade, do descontínuo, de um tempo aberto, uma espécie de *kairós* virtual, que impede a edição, o controle, o *replay*. É curioso ouvir: “a minha timeline está cheia”. Curioso porque, na verdade, a linha do tempo é a sua, mas principalmente, sua mistura ao tempo do outro escolhido para participar dela. Assim, recebemos do outro o tempo da sua vida pensante, inscrita em nossa própria linha do tempo (*timeline*), fazendo com que a narração de si esteja emaranhada à multiplicidade histórica daqueles que seguimos *online* e vice-versa, com todas as contradições que os blábláblás infantiloides e pastichizado que povoam também essas redes.

Apesar de, por muitas vezes, achar que estamos a criar um *reality show* de nossas próprias vidas – ao ativar um dos mais complexos problemas psíquicos atuais na tautologia de si e dos outros – esse eu falante na linha do tempo não faz da vida que gorjeia mazela ou desmazelo. Por isso, não se pode embalar esta característica apenas como um catastrofismo psicologizante que considere toda narrativa pós-moderna um aborrecido show do ego. Porque esse tempo aberto é fundador de uma radical experiência de liberdade de expressão, por possibilitar a criação de outros enunciados e de opiniões que estão para além do mercado de mídia e dos comunicados oficiais estatais. A narrativa nas redes sociais da internet é sempre permeada de histórias paralelas, de idas e vindas, de agregações de sentido, de confrontos de personagens (perfis), que só faz alastrar as ambiências em que o fato é vivido, transformado e tornado público. À diferença da narrativa jornalística, marcada pela autenticação dos fatos, hierarquização de fontes, predomínio do passado, busca de uma enunciação à distância do fato narrado e repetição de versões únicas, a narrativa colaborativa p2p é o relato feito por uma multiplicidade de perfis na internet que portam o tempo da linha do tempo como um agora, assume uma franqueza no falar como valor e regra para se alcançar a verdade, identificam-se como sujeitos unidos ao acontecimento, atores de sua atualização, e têm a republicação como estratégia de alargamento de si e de sua própria potência em uma audiência intensa. Nessas condições de discurso e jogo, o enunciador pode emergir como marca do sujeito na pragmática da linguagem, tendo o rumor como grande antagonista e a dissidência como elemento principal da formação do enredo geral da história.

É dentro dessa historiografia menor, inscrita em *hashtags, tweets, posts e memes online*, totalmente profusas e polissêmicas, que penso ser importante interpretar o que autores insistem em denominar de “jornalismo colaborativo” ou “jornalismo participativo” – termos que revelam que a prática da imprensa é algo hoje internalizada em qualquer cidadão que tem seu canal de comunicação *online*. Contudo, na boa fé, esses autores reduzem a colaboração ao jornalismo e o jornalismo à colaboração. As narrativas compartilhadas não se reduzem ao jornalismo, mas atravessam-no, provocando uma guerra de narrativas, uma guerra pela atualização do presente, algo que, antes, era função única do “jornal”.

Dado ao fato de a internet ter se tornado, no campo da circulação midiática, uma mídia de vazamento, o controle da produção da informação também mudará de função. No lugar de bloquear a informação, sonegá-la, algo compartilhado tanto pelas fontes estatais, quanto pelos próprios veículos tradicionais de comunicação (parte do seu valor será extraída das chantagens e promiscuidade com determinadas figuras do poder). A internet ocupa, assim, um hiato entre um poder pós-moderno, que sonega, e uma sociedade que se libera dos antigos polos de emissão. É por isso que, no lugar de polícia contra a mídia de vazamento, o novo cerceamento do poder à sociedade será marcado pela capacidade de controle da produção da linguagem (essas narrativas sociais) produzida pela multidão de singularidades em rede. “Como antigamente se destruíam os tomates para manter alto o preço e reduzir o salário da mão-de-obra, hoje se desmancham os instrumentos de comunicação social para desvalorizar o corpo do general intellect” (Marazzi, 2002, p. 40).

No cenário da nova soberania pós-moderna, a função desta já não somente é de bloqueio, mas de controle da cooperação social, ou seja, de redução dos instrumentos que permitem a todos o compartilhamento de ideias, informações e dados. Nesse sentido, a face 2.0 da censura é a do controle do compartilhamento. *A segunda camada do compartilhamento a controlar é a das plataformas tecnológicas por onde vazam essas narrativas em redes sociais*. Esse controle se traduz em *enclousures* da inteligência coletiva, evitando que essas constituam modelos de autônomos de produção. A colaboração celebrada pelas empresas pontocom transforma os modelos de compartilhamento em ambientes imersivos onde tudo que o se produz, se troca e se consome é intermediado por novos monopólios digitais. Por isso que a fábrica social que a Apple Store e Facebook celebram e armazenam, cobrando pedágios e gerindo a inteligência coletiva, é ao mesmo tempo captura

e controle do trabalho. Captura das inovações para otimizar os lucros. E controle do valor criado pela inteligência coletiva, na forma de abrigo e difusão das inovações sociais (*apps*), compartilhando parte dos lucros com esses ou mesmo fazendo-os circular como forma de obter vantagens por meio de políticas de *branding*. Em síntese, o aspecto fundamental da censura 2.0 é a transformação da *web* em *farmvilles*, em que a regulação comum da *web* é substituída pela das empresas proprietárias, que administram vida dentro de inúmeras redes e mídias sociais.

Assim, no novo pacto hegemônico do capitalismo 2.0, o compartilhamento deve ser controlado ao mesmo tempo em que é difundido. Ao gerir o compartilhamento, esse capitalismo não trata de comandar a produção, mas de controlar a circulação, gerir o tempo da socialização do conhecimento, do saber, da criação. Isso porque o valor não se extrai mais do tempo do trabalho necessário, mas do controle do tempo da difusão da inovação, seja ela fabricada na empresa ou na fábrica social. “O que você está pensando agora?”, diz o lema do Facebook, que explica a violenta concorrência entre corporações 2.0, sedentas pelo controle geral da vida, não se importando se uma revolução social possa atravessar o Facebook (como os casos do Egito, Tunísia, Irã e tantas outras lutas mobilizadas nas redes sociais), senão ficando antenada com qualquer ameaça que possa criar um êxodo dessas máquinas 2.0, que são também mecanismos de controle da mobilização, tal como faz o Google ao impedir que usuários busquem arquivos *torrents* ou o próprio Twitter, ao não agregar em seus *Trending Topics* o termo “wikileaks”, deixando-no invisível aos usuários da rede. Antes de indagarmos se uma revolução será twittada, cabe-nos compreender a quem a revolução interessa, se ela será um luta social cuja autovalorização do trabalho é o seu fim, ou se trata de liberdade para novos consumidores do novo capitalismo. Há aqueles que poderiam, cinicamente, responder: “eu prefiro isso a que estar sob a censura moderna dos amigos cubanos, chineses e egípcios”. Mas é sempre bom lembrar: tudo o que é seu e é dos outros, na verdade, é de propriedade de quem lhe hospeda, que é aquele que possui todo direito de lhe colocar no olho da rua e retirar de ti sua capacidade de relacionar e de cooperar em rede. Zerar seus seguidores, zerar seus amigos, zerar seus aplicativos, zerar seus plugins, zerar suas conversações. Zerar a sua rede. E não há ninguém a quem se possa recorrer. Porque a justiça do Estado pós-moderna não advoga para garantir os direitos, mas para bloqueá-los.

Aquí, a terceira camada de compartilhamento a controlar é da ordem do direito. Em janeiro de 2010, no Brasil,

a ministra da cultura resolveu retirar a licença Creative Commons do site do Ministério. A licença mantinha uma segurança jurídica para aqueles que buscavam utilizar os conteúdos do site para determinados usos estabelecidos pela licença. É claro que, na prática, a maior parte dos conteúdos que circula no site do Ministério da Cultura (MinC) é de informações institucionais, pouco estimulantes a criações mais bem elaboradas; contudo, a licença CC garantia, no mínimo, a replicação desses conteúdos, o que ajudava, e muito, que as informações do MinC se espalhassem pelas teias da rede. Mas isso acabou. E arranhou, se não rompeu, a relação entre militantes da cultura livre e o Ministério da Cultura.

O exemplo é bom para mostrar que o Estado é capaz de “constitucionalizar” o biopoder, garantindo a reserva de mercado às estruturas capitalísticas de novo (o cognitivo) e de velho tipo (o fordista). Ambas detestam a autovalorização operária (que hoje se designa como operário social, travestido de nomes como inteligência coletiva, multidões inteligentes etc.), porque essa autovalorização é capaz de fundar novos mercados, deixando de fora aqueles que se esforçam em manter o saber como algo criado por poucos ou excluindo aqueles que vivem como corsários da criação de seus próprios ancestrais. No lugar de apoiar aqueles que compartilham cultura, essa “turma do contra” quer deixar as criações apodrecendo nos porões climatizados das indústrias do *copyright* (e do MinC). O gesto de abrigo de uma flexibilização dos direitos autorais permitia ao MinC chamar de comum aquilo que hoje é público na aparência, mas privado na prática.

O Wikileaks talvez seja o exemplo mais dramático dessas lutas informacionais, por ser, ao mesmo tempo, a pedra detonadora do “olho do poder”, ao tornar transparente todas as armações de governos e corporações mundo afora, e vidraça para essas organizações destruírem, à medida que elas exigem a quebra do sigilo das bases de dados da web 2.0 (Facebook e Twitter), na qual se hospedam todas as conversações privadas dos ativistas do Wikileaks, abrindo a porteira para, por meio das leis da democracia global, que se processe representantes da sociedade civil, acusados de violação da segurança nacional dos países e por “difamação” das estratégias econômicas de grandes corporações. Esse é um conflito, portanto, imanente ao novo Estado pós-moderno. Por um lado, o fluxo comunicacional do Wikileaks se faz dentro dos novos dispositivos de controle e de regulação das imensas populações *online* (transformadas em perfis); por outro, é o próprio Wikileaks detonador dos poderes que financiam e alimentam esses mesmos dispositivos de monitoramento 2.0.

Daí que, hoje, o sonho da soberania global pós-moderna é a de controlar o compartilhamento de links, porque significaria controlar a própria cooperação social. Eis a tarefa mais árdua do controle 2.0. Porque o *link* representa a relação social na forma de hipertexto. No interior da inteligência que povoa a rede, o link tem função curatorial, direcionando o (e criando um) público para aquilo que é mais relevante, e faz a internet ser orientada mais para a periferia do que para um centro qualquer. “Mais do que qualquer outro elemento de interface, o link pertence às periferias culturais, não aos conglomerados high tech” (Johnson, 2001, p. 84). O *link* se popularizou com a criação do *permalinks*, o que facilita que um leitor interessado no *link* possa ir direto a fonte, sem recorrer a mecanismos de busca. O *permalink* é a unidade básica do compartilhamento de conteúdo, e a estrutura que fez popularizar o gênero nato da publicação *online*, o *blog*, e a sua forma discursiva básica, o *post*. “A presença dessas hiperligações são consideradas a característica chave, pois que resulta fundamental para a existência da conversação, elemento básico na dinâmica da blogosfera” (Fumero, s.d.). A partir daí uma profusão de publicações se seguiu na *web*, e nunca mais aquela verdade única e homogênea, que circulava pelas estruturas de poder midiático, conseguiu se firmar. Não há poder que perdure e não há verdade que se eternize na internet, como era nos velhos moldes da massa, do partido à imprensa. O poder em rede não se manifesta como um contrato (no sentido liberal) e nem como uma propriedade (no sentido marxista). Daí que toda uma série de casos passa a empurrar as narrativas rizomáticas para aquilo que o ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto lindamente arguiu: a internet é o espaço da liberdade absoluta.

Alguns poderiam refutar: mas a internet rompe com o privado, tornando tudo que é íntimo, público. E o perigo da publicização exacerbada da vida é repetir aquilo que a internet diz ter superado: a verdade ser construída a partir de um poder massificado em rede. Assim, travestido de aura resistente, a quantidade de *reTweets*, a quantidade *links* trocados, a quantidade de comentários, a quantidade de atualizações, a quantidade de curtidas, faz valer um poder de “pequenas maiorias” que produzem verdades universais por meio de uma política conservadora do *link*.

Contudo, é como cantava Jim Morrison contra o moralismo dos 60: “você têm o poder, mas nós somos em maior número”. Nessa levada psicodélica, pipoca na rede a dissidência, fazendo do *link* a maneira de fazer ecoar aquela história, aquele arquivo, aquela imagem, que muitos querem deixar bloqueado. O caso das eleições brasileiras

de 2010 foi exemplar. O que há de mais interessante nelas não é a narratologia da história vencedora, que é uma chatice sem tamanho que se tem muita resistência em acompanhar na TV. Uma nova história política foi praticada nas *hashtags* (um novo tipo de *link*) #marina13, #pergunteaoserra, #dilmabyfolha, #safadezoculta. Enfim, constituindo-se como um conjunto de histórias não programadas pelos marketeiros das campanhas, com suas taras por #ondas #votenumerotal. Essa é uma “nova história”, feita por muitos, mas que ainda não chega a todos, sem dúvida. Mas ela está aí, registrada, e é ela que perdura na memória ilimitada da rede. Histórias que demarcam um corte com aquela sociedade brasileira de 89, que tinha um canal de TV com um jornal nacional, com *compartilhamentos* de quase 80% durante o debate Lula x Collor. E, hoje, o mesmo canal transmite o debate presidencial tentando manter um *share* de 30% (competindo com as verdades dos internautas, que se antecipam às edições jornalísticas e publicam suas impressões do debate televisivo, em tempo real, no Twitter e em outras mídias sociais). O que mudou nas nossas vidas de lá pra cá senão a existência dessa possibilidade ímpar de termos acesso a mil outras verdades, a mil outros sujeitos? Não é à toa que a emancipação social só se faz dentro do comum e toda imanência conflitiva que é viver em uma democracia. É por isso que o *link* cada vez mais é objeto de uma tara de poder: bani-los. Na Espanha, a lei Sinde quer criminalizar sites que hospedam *links* para *downloads* de material protegido por *copyright*. Isto pode funcionar para facilitar a vida das indústrias culturais, mas vai dificultar para o blogueiro que é um colecionador de conteúdos (como álbuns musicais) que estão há muito tempo banidos do mercado. No mundo afora, multiplicam-se notificações judiciais contra blogueiros por suas críticas a políticas, empresas e fatos banais da vida cotidiana. No Brasil, já se chegou ao absurdo de mobilizar a Ordem dos Advogados do Brasil para botar na cadeia uma tuiteira que destilou discurso de ódio contra uma enorme quantidade de nordestinos por esses terem elegido, junto com cidadãos de todas as regiões, a primeira mulher presidente do Brasil. Tudo parece girar como um poder que vem depois da potência. E o poder, no âmbito do saber, sempre se estruturou no isolamento da sociedade ao trabalho do laboratório, do trabalho que produz a experiência. A experiência é que funda a certeza. Portanto, isso fez separar o saber do comum. Com isso o argumento de o saber devendo ser produto do espaço público, do espaço comum, sempre foi refutado, porque isso causaria a desordem, o caos, geraria somente incertezas. Então, o monopólio do saber fica restrito aos representantes.

Os acordos do saber ocorrem entre poucos. Um tempo as pessoas são ouvidas, depois se calam, porque transferem suas vozes para seus representantes. E de certa maneira o que vemos se materializar na rede é o inverso disso: é a possibilidade de o saber ser construído publicamente.

Vazamento, anonimato e franqueza nos movimentos sociais

A franqueza é uma faceta da verdade bastante desprezada no mundo tecno-científico. O mais das vezes ela é relegada à convicção presente no fanatismo religioso ou à prepotência imponente dos ricos e poderosos. A verdade científica do mundo tecnológico da simulação exige apenas estreita correspondência homogênea entre o observado laboratorialmente com o descrito na teoria, tornando a adesão ou recusa do falante ao que faz ou fala uma idiosincrasia psicológica irrelevante. Que Einstein acredite ou não em Deus ou no universo quântico esfacelado, descrito na teoria da relatividade, isso pouco importa à ciência que pretende descrever o mundo, ou à indústria que produz ogivas nucleares. A informação é a unidade mínima do conhecimento considerado como elemento determinante das tomadas de decisão de um sujeito consciente. A verdade informacional pertence aos enunciados produtores de discursos e formadores de opinião. Nela, o sujeito do enunciado é o que faz falar ilocutoriamente o fala-se das discursividades, transformando o falante em mera variável secundária do discurso das instituições. A liberdade neste caso emerge ou como consciência das consequências das ações em um processo de tomada de decisão. Mas as consequências pertencem de fato apenas às causas guardadas nas informações enunciadas e a decisão limita-se ao dilema de afrontar ou acatar o fado contido na discursividade. Se abandonamos o universo do saber e mergulhamos no duvidoso campo das práticas e suas cadeias de manifestação, a verdade performativa não se revela melhor do que a verdade ilocutória para a liberdade de um sujeito. O mundo das normas e acordos que regem a performance não nos oferece mais liberdade em suas verdades do que o mundo fenomenológico do conhecimento. O sujeito de enunciação – enquanto corpo que age performativamente – é peça ou relé de dispositivos histórico-sociais, máquinas de encadeamento

cujo verdadeiro sujeito é o próprio dispositivo. Ancorar a intersubjetividade simbólica nas performances é reduzir a consciência a um aparelho de fofoca e relegar o simbólico ao lugar de correia de transmissão da dominação social.

A franqueza emerge neste quadro da pragmática da linguagem como um jogo no qual o dilema da servidão ilocutória ou escravidão perlocutória pode ser ultrapassado. A franqueza é uma atividade falante em que aquele que fala se compromete ao reivindicar a posição de sujeito de enunciação e sujeito de enunciado. Nesta reivindicação ele se torna um enunciador comprometido com aquilo que diz. O valor da franqueza é correlato ao risco que ela traz ao enunciador envolvido em algum jogo social no qual se confronta com forças superiores às suas, mas se propõe a enfrentá-las com sua sinceridade acreditando que possui qualidades morais para saber a verdade e mostrá-la aos demais (Foucault, 2009). A franqueza no mundo moderno está vinculada ao nome de quem enuncia e sua reputação no espaço de debates. O anônimo deve ser considerado o inimigo da franqueza e aquilo que escapa à consciência é índice de falsidade. Sócrates é o modelo do homem verdadeiro. Entretanto, o Sócrates platônico é o nome emprestado ao jogo da franqueza. Mas de fato Sócrates designa um dispositivo anônimo de subjetivação em que se enfrentam o adestramento educacional do estado, governando pastoralmente a alma do falante e da sociedade e ilustrado no diálogo Alcibiades, com a construção libertária de uma trajetória vital apresentado no diálogo Laques. De um lado, o governo do biopoder que pensa a subjetivação como adestramento da diferença social e quer governar a vida com a alma; de outro, o governo da vida como pilotagem corajosa que se afasta das formas sociais em busca de liberdade e realização (Foucault, 2009). A vida que a alma encarcera e se encontra escondida pela consciência vaza por todos os lados e sua fala só pode ser apresentada pelo intenso rumor anônimo, quebrando as pautas da consciência e rompendo os grilhões da identidade adestrada.

No passado, os movimentos jovens quebraram a unidade da luta pela humanidade, lhe contrapondo as mulheres divorciadas queimando seus sutiãs, os negros miliciados em bandos de panteras e os homossexuais rebeldes exigindo a revelação de sua condição. Hoje os jovens precários, padecendo de uma juventude interminável, de uma educação permanente, mas capazes de inventar as novas relações que constituem o mundo, cansaram de ser objeto da promessa de ganhos mirabolantes escondidos ao final de grandes maratonas. Gostam de compartilhar, querem colaborar livremente entre seus coletivos e exigem

que lhes seja devolvida a franqueza com que se relacionam com os estados, as corporações e as instituições. Se as condições para o jogo da franqueza social são o anonimato e o vazamento; eles estão dispostos a inundar as ruas e as praças, sobrecarregar as redes sociais e informacionais exigindo honestidade e transparência na governança, condições mínimas para aceitação da governamentalidade.

Referências

- FOUCAULT, M. 2009. *A Coragem da Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 339 p.
- FUMERO, A. [s.d.]. Un tutorial sobre blogs. El abece del universo blog. *Revista Telos*. Disponível em: <http://www.campusred.net/telos/articulocuaderno.asp?idarticulo=1&rev=65>. Acesso em: 15/02/2011.
- HAN, H. 2010. Han Feng is a good Party official. Disponível em: <http://www.hanhandigest.com/?p=111>. Acesso em: 30/07/2010.
- JOHNSON, S. 2001. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 189 p.
- MARAZZI, C. 2002. A crise da new economy e o trabalho das multidões. In: G. COCCO; G. HOPSTEIN, *As multidões e o império*. Rio de Janeiro, DP&A, p.31-44
- VEJA ONLINE. 2009. *As três mentiras de Cuba*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/071009/tres-mentiras-cuba-p-19.shtml>. Acesso em: 30/07/2010.

Submetido: 03/08/2011

Aceito: 24/10/2011